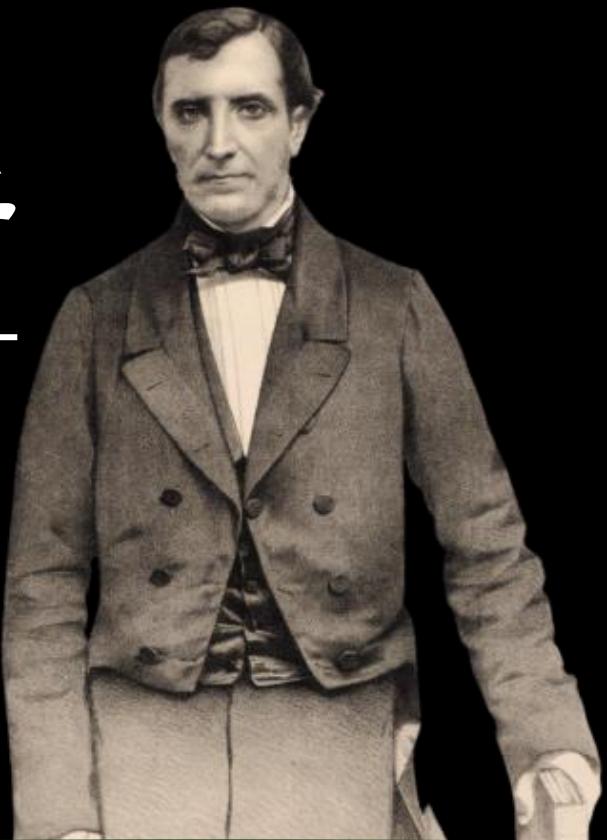


— RAFAEL JOSÉ PÔNCIO —

As visões de Mauá

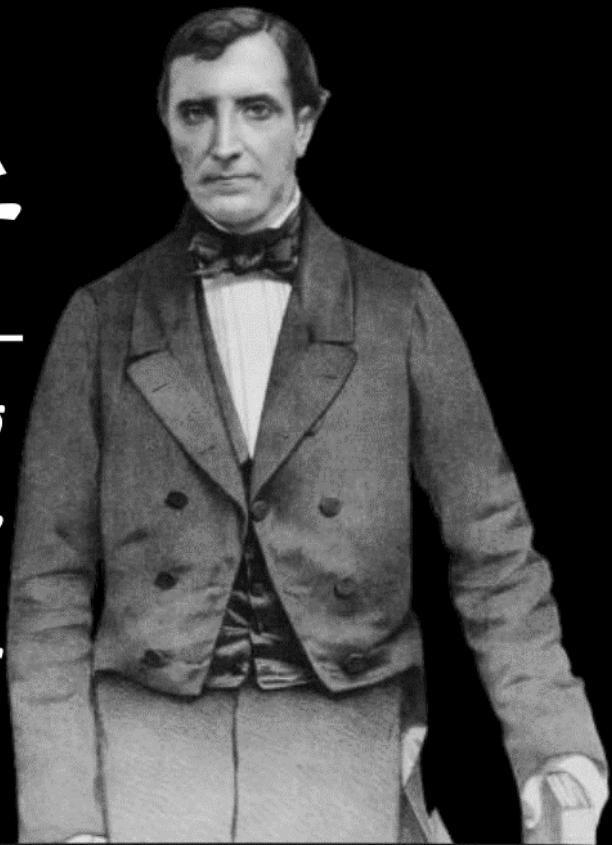
*a historiografia na construção
de múltiplas imagens sobre
Oríaneu Evangelista de Sousa*



— RAFAEL JOSÉ PÔNCIO —

As visões de Mauá

*a historiografia na construção
de múltiplas imagens sobre
Oríaneu Evangelista de Sousa*



www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Autor

Rafael José Pôncio

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Combinação, fotomontagem (MultiAtual) de Fotos: “Barão de Mauá” (foto 1 - acima) e Locomotiva "Baroneza" (foto 2 - abaixo)

Revisão: O Autor

Créditos da Capa: Imagem “**Barão de Mauá**” (Autor: Sisson, Sébastien Auguste, 1824-1898; Editor: Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson - 1861). Assunto nome pessoal: Mauá, Irenêo Evangelista de Souza, Barão de, 1813-1889. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin (BBM). <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3516>. Imagem **Locomotiva "Baroneza"** (Arquivo Nacional do Brasil. Fundo Correio da Manhã - 1969; FLICKR). <https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/35955170810>

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricald Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pôncio, Rafael José

P795a As visões de Mauá: a historiografia na construção de múltiplas imagens sobre Irineu Evangelista de Sousa / Rafael José Pôncio. – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2022. 48 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89976-74-5

DOI: 10.5281/zenodo.7213529

1. Mauá. 2. Empreendedorismo. 3. Historiografia. 4. Estrutura. 5. Agência. I. Pôncio, Rafael José. II. Título.

CDD: 909.81

CDU: 981

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoramultiatual.com.br/2022/10/as-visoes-de-maua-historiografia-na.html>



**AS VISÕES DE MAUÁ: A HISTORIOGRAFIA NA
CONSTRUÇÃO DE MÚLTIPLAS IMAGENS SOBRE IRINEU
EVANGELISTA DE SOUSA**

RAFAEL JOSÉ PÔNCIO

Rafael José Pôncio

**As visões de Mauá: a historiografia na construção de múltiplas
imagens sobre Irineu Evangelista de Sousa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de História – R2 da Universidade de
Formação Brasileira (UNIBF).

Orientador: Prof. Me. Matheus Breno Pinto da
Câmara.

Agradecimentos

Dedico este trabalho aos meus avós maternos nono Pedro e nona Pina (in memorian) pela educação de fortes fundamentos, transmissão de valores humanos firmes e pela existência da minha mãe Terezinha que foi uma educadora pelo exemplo da lei do esforço. Agradeço à minha filha Glenda e esposa Idione pela paciência em minhas ausências de estudos e ao mestre Matheus por ter-me tolerado e orientando-me em minha jornada de pesquisas para desenvolver este trabalho historiográfico. Enfim, agradeço ao meu redentor e salvador Cristo Jesus pelo meu fôlego de vida.

RESUMO

O presente trabalho busca identificar as imagens criadas pela historiografia acerca de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá. Para tanto utilizou-se para análise algumas obras escritas sobre o mesmo ao longo do último século. Tendo em vista os diferentes contextos sociais, pontos de vista dos autores e o enfoque utilizado em suas biografias, buscamos perceber a diferença entre os “Mauás” que são retratados por estes historiadores. Além disso, através desse estudo pode-se notar de forma prática a construção histórica como um processo dinâmico e que fala-se muito mais do presente do que necessariamente do passado. Também utilizei os conceitos de Estrutura e Agência de Anthony Giddens para entender a dinâmica entre a produção das biografias com o seu contexto histórico. Por meio desses conceitos é possível entender a razão pela qual se constrói novas imagens de Mauá e consolida-se algumas antigas, provenientes de suas primeiras biografias.

Palavras chave: Mauá – Empreendedorismo – Historiografia – Estrutura - Agência

ABSTRACT

The paper's aim is identify the images create about Irineu Evangelista de Sousa, the Baron of Mauá. Therefore, we analyzed some biographies about Mauá written in the last century. Considering the history and social context when this biographs was written, the point of view of the authors and the aim of each one, we try to appoint the differences between the "Mauás" in each biographs. Furthermore, the Mauá's case can be use to note, in a practical way, a history construction of the past. We use the concept of "Structure" and "Agency" by Anthony Giddens to understand the dynamics between the biographies and your history context. Through these concepts is possibly understand the reasons why exist different perceptions about Mauá and why creates new imagens about the Baron.

Keywords: Mauá – Historiography – Entrepreneurship – Structure - Agency

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1: Entre a Estrutura e a Agência: mecanismos de construção e (des)construção de uma cultura	15
1.1 O Empreendedorismo	16
1.2 O Empreendedor	17
1.3 “Estrutura”, “Agência” e sua relação com o empreendedorismo.	18
1.4 O imaginário: Coletivo, individual e suas formas de ação	21
1.5 a Historiografia na construção de mitos, heróis, vilões e loucos	23
Capítulo 2: As visões sobre Mauá	27
2.1 A trajetória de Irineu Evangelista, a ascensão e queda do Barão de Mauá	28
2.2 Para além de heróis e vilões	35
Conclusão	42
Referências	44
O Autor	47

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Heráclito, filósofo pré-socrático vivido na Antiga Grécia, dizia que nenhum homem pode banhar-se no mesmo rio duas vezes, pois nem ele e nem as águas do rio seriam as mesmas. Assim nasceu o princípio do eterno movimento, em que tudo move-se e por isso nada permanece igual. A ideia de Heráclito, entretanto, poderia ser válida para a História? O passado, uma vez que já existiu e não pode ser mudado, vai de encontro com a ideia do grego, porém, devemos lembrar que a História não é o passado, mas uma leitura deste.

Como aponta Funari (2008), a Teoria da História tem por termos óbvios dois termos de uma equação: a teoria e a História. Em sua raiz, uma teoria nada mais é do que um ponto de vista, um modo de enxergar. (FUNARI, 2008, p.14). Logo, toda teoria, por mais abrangente e busque uma explicação geral, ainda não é uma Lei, ou seja, não tem uma aplicabilidade total. A História, por sua vez, também é uma forma parcial de enxergar o passado, visto que não o conhece em sua totalidade pois depende das fontes para alcançar aquilo que, *a priori*, já passou. Portanto, por mais que o passado seja imutável, ao mesmo tempo não podemos conhecê-lo senão através de algo mutável, parcial e temporal.

Foi através dessa reflexão e de uma indagação antiga que nasceu a ideia para o presente trabalho. A pergunta se deu no âmbito da própria história de Irineu Evangelista de Sousa e outros nomes da História do Brasil. Perguntava-me como era possível que uma mesma pessoa ser vista de maneiras tão distintas mesmo por aqueles que, em teoria, deveriam escrever de forma desapaixonada sobre suas trajetórias. Quais os interesses escondidos por trás destas biografias? A quem elas atendiam? E, acima de tudo, quem de fato eram aquelas pessoas, já que os fatos de sua vida ora representavam aspectos positivos, ora negativos?

Foram essas perguntas que motivaram a busca de uma maior compreensão sobre a historiografia e sua dinâmica com o saber histórico. Entendendo a história como um componente cultural encontramos na teoria de Anthony Giddens um modo de responder essas indagações. Entendendo a dinâmica entre a Estrutura e Agência foi possível compreender os elementos que fazem construir diferentes tipos de historiografia e, consequentemente, apresentar novas formas de enxergar a trajetória de Mauá.

Ademais, reconstruir a imagem do Barão de Mauá faz com que o Barão deixe de ser apenas um homem do século XIX que viveu e morreu sob a égide do império brasileiro e passe a ser um símbolo. Esse símbolo, ora positivo ora negativo, é utilizado para construção de um imaginário popular, uma ideia que busca criar raízes em nossa cultura. Um dos objetivos do presente trabalho é revelar como esse imaginário é conduzido a partir da criação destas obras, apresentando um Mauá diferente de acordo com as necessidades sociais do tempo em que suas biografias foram escritas.

Para tanto também utilizei a teoria de Marc Augé que debruça-se sobre tais questões. Em sua *"Guerra dos sonhos"* Augé nos apresenta como o imaginário coletivo influencia a percepção individual e social de um fenômeno, local ou pessoa. Desse modo, ao se apresentar visões diferentes de Mauá, a historiografia auxilia nesse processo tornando Mauá muito mais do que uma pessoa, mas um verdadeiro bastião (ou vilão) do Brasil.

Como metodologia para o presente trabalho utilizei a análise crítica das fontes que versam sobre a biografia do Barão de Mauá. Para isso teremos como base fragmentos da obra “aos credores”, que é a autobiografia do Barão, contando desde sua trajetória como ajudante no Rio de Janeiro até seus maiores sucessos financeiros e a consequente falência dos seus negócios. Através destes escritos conheceremos sobre a trajetória de Mauá sobre ele mesmo e analisaremos algumas de suas biografias, escritas na década de 1930 por Alberto de Faria; outra escrita por Jorge Caldeira em 1995; escrita por Nelson Costa Fossatti e Ricardo Timm de Souza em comemoração aos 200 anos do Barão, produzida em 2013. Cada um destes momentos apresentará uma visão do Barão de Mauá, reflexo do próprio tempo em que foram escritas e dos interesses ao seu redor. Nesse sentido não basta usarmos a análise crítica como método, mas também entendermos como esse processo anacrônico projeta a figura de Mauá de diferentes maneiras.

Desse modo, a análise de suas biografias nos serve como estudo de caso para a aplicação dos conceitos que apresentei acima, demonstrando assim sua validade prática como meio de observarmos o passado e a construção de uma cultura, seja em torno de um indivíduo como Mauá, ou mesmo de um país. Para tanto, a análise crítica dos fragmentos da obra de Mauá nos exige três operações metodológicas: a heurística, a crítica e a análise. Através da heurística levantaremos perguntas e proposições; com a crítica colocaremos

em validade a obra e suas fontes; por último, a análise nos trará (ou não) as respostas para os questionamentos levantados com o primeiro procedimento.

Capítulo 1

ENTRE A ESTRUTURA E A AGÊNCIA: MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO E (DES)CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA

CAPÍTULO 1: ENTRE A ESTRUTURA E A AGÊNCIA: MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO E (DES)CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA

Na engenharia civil sabe-se que antes da construção de um prédio deve-se fazer a fundação do edifício. Do mesmo modo, quando pensamos na construção intelectual de um saber histórico - e de qualquer outra ciência, em verdade - devemos fazê-lo a partir de uma fundamentação teórica e metodológica. Esses dois componentes vão sustentar o edifício do conhecimento que pretendemos levantar. Dentro dessa perspectiva, o presente capítulo visa fundamentar as bases teórica e metodológica no qual construiremos o saber sobre as diferentes visões sobre o Barão de Mauá construídas pela historiografia.

Se faz necessário, portanto, explicar alguns conceitos que foram utilizados não somente para pensar este trabalho, mas que aparece nas próprias biografias do Barão. Do mesmo modo, para alcançar nosso objetivo é preciso apresentar como analisaremos as fontes, em geral narrativas escritas e imagéticas que ajudam a construir, pouco a pouco, uma sólida imagem de Mauá como “empreendedor”, “pioneiro” e tantos outros atributos positivos e negativos de sua *persona*.

1.1 O Empreendedorismo

Se uma das grandes qualidades do Barão de Mauá foi o empreendedorismo, faz-se necessário entender o que esse termo significa. Ao longo da história o termo empreendedorismo foi definido a partir de diferentes modos. A variação natural no decorrer dos séculos fez com que usualmente passássemos a confundir empreendedorismo e a figura do empreendedor com a do capitalista, do dono de negócios e outras nomenclaturas sociais que pouco nos dizem sobre a figura do que é verdadeiramente um empreendedor.

Dito isso, se faz necessário apresentar a base pela qual vamos trabalhar a ideia do empreendedorismo e como se posiciona o empreendedor dentro dos conceitos abordados. Se recorrermos ao dicionário de português, a palavra “empreender” tem por

definição tentar ou executar algo. Quando associamos essa palavra à economia, notamos que ela começou a ser usada a partir dos pensadores do liberalismo econômico do século XVII e XVIII. De acordo com Chiavenato (2007) é aqui que nasce o “empreendedorismo”:

O empreendedorismo tem sua origem na reflexão de pensadores econômicos do século XVIII e XIX, conhecidos defensores do *laissez-faire* ou liberalismo econômico. Esses pensadores econômicos defendiam que a ação da economia era refletida pelas forças livres do mercado e da concorrência. (CHIAVENATO, 2007, p.5)

Dentro dessa perspectiva de livre concorrência, o empreendedorismo seria uma importante ferramenta para criar novos produtos, serviços e ocupar o espaço de novas demandas, fazendo assim com que o dinamismo econômico do modelo liberal seguisse existindo. Dentro desse modelo econômico nasce então a figura do empreendedor: o homem que aplica o empreendedorismo dentro de um negócio e assim cria uma nova realidade econômica no mercado.

1.2 O Empreendedor

De acordo com o antropólogo Joseph Schumpeter (1934), "o empreendedor é uma pessoa que destrói a ordem econômica existente introduzindo novos produtos e serviços, criando novas formas de organização e explorando novos materiais." (SALIM et al *apud* SCHUMPETER, 2010, p.8). Nesse sentido, o papel do empreendedor dentro da lógica de produção está diretamente ligada com a inovação. Inovar, por definição, é criar algo novo, podendo ter como base um modelo e criando adaptações ou construindo algo que até então não existia.

Nesse sentido, empreender está atrelado à inovação, do mesmo modo que essa característica é compartilhada com outros grupos como os inventores. A diferença primordial entre esses dois personagens sociais é de que o empreendedor direciona suas inovações para a ordem econômica, criando negócios, empresas, produtos ou modos de se organizar. Já o inventor não está necessariamente preso à questão econômica, mas é,

em geral, alguém que busca a inovação como uma melhoria de algum aspecto social que pode se tornar um produto e participar da lógica econômica.

Dentro dessa perspectiva, outras definições para o empreendedor foram desenvolvidas. De acordo com *Longenecker* (1975):

O empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente. Essa definição envolve não apenas os fundadores de empresas, mas os membros da segunda ou terceira geração de empresas familiares e os gerentes-proprietários, que compram empresas já existentes de seus fundadores (CHIAVENATO *apud LONGENECKER et al*, 2007, p.3)

Se buscarmos ampliar um pouco o conceito, quebrando os limites de ordem econômica, podemos entender que a figura do empreendedor, caracterizado por ser alguém que corre riscos e busca trazer inovações ao meio em que vive, seja sua casa, seu bairro ou mesmo toda a sociedade, está presente em toda a história humana. Graças às inovações para melhorar as chances de sobrevivência as sociedades antigas tornaram-se civilizações que surpreendem-nos até os dias atuais com seus avanços tecnológicos.

Entretanto, por não conhecermos os indivíduos que produziram tais inovações não podemos dar-lhes o crédito como empreendedores. Nesse sentido, o conceito de “empreendedor” parte de um pressuposto lógico, que é o da individualidade, sendo uma característica de cada indivíduo e não uma perspectiva social. Por isso não podemos falar em “sociedade empreendedora”, mas sim em um grupo social que estimula o empreendedorismo.

1.3 “Estrutura”, “Agência” e sua relação com o empreendedorismo.

Partindo dessa perspectiva, existiria um “gene” empreendedor? uma característica própria que explicasse a razão de algumas pessoas desenvolverem tais habilidades e outras não? Em grande parte consideramos que tais habilidades estão mais direcionadas à cultura e a forma na qual cada indivíduo responde aos estímulos oferecidos pela

sociedade. Nesse sentido, buscamos aplicar os conceitos de “Estrutura” e “Agência” desenvolvidos pelo sociólogo inglês Anthony Giddens. De acordo com o sociólogo:

Na teoria da estruturação, considera -se “estrutura” o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características institucionalizadas de sistemas sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e do espaço. (GIDDENS, 2009, p. 35)

Pensando no conceito de “estrutura” apresentado por Giddens podemos pensar se a formação coletiva, ou seja, uma sociedade, é capaz de estimular ou inibir esse impulso inovador. Quando falamos em “formação coletiva” queremos esclarecer que todo núcleo com interações sociais e regras estabelecidas podem ser uma pequena sociedade. Dessa forma, uma casa, escola, um grupo de algumas pessoas e até mesmo um país podem ser pequenos espaços em que a estrutura se manifeste.

Giddens ainda nos apresenta outro conceito que interage de maneira harmônica com o que tentamos compreender nesse artigo: o de agência. Para ele:

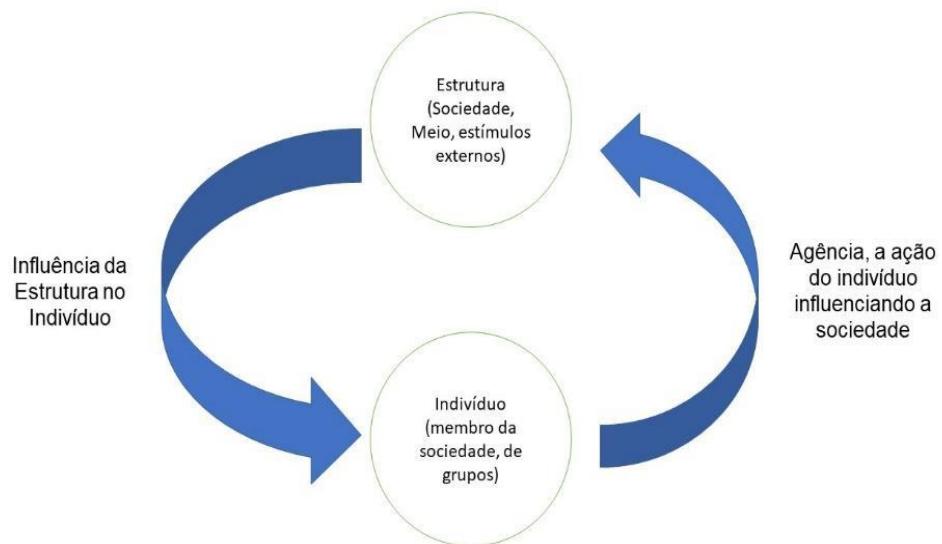
“A agência humana só pode ser definida em termos de intenções, ou seja, para que um item de comportamento seja considerado uma ação, é preciso que o realizador tenha a intenção de o manifestar, caso contrário o comportamento em questão é apenas uma resposta reativa. “Agência” não se refere às intenções que as pessoas têm de fazer as coisas, mas à capacidade delas de realizar essas coisas em primeiro lugar. (GIDDENS, 2009, p. 9-10)

De forma objetiva, “agência” é a ação que um indivíduo tem a partir dos estímulos que recebe da estrutura. Como aponta Giddens, essas ações são práticas e objetivas, não somente ocorrendo no plano teórico. Dentro da perspectiva do empreendedorismo, só pode ser chamado de empreendedor aquele que atua como tal. Dessa maneira, a sociedade, ou o meio em que o indivíduo vive, ou seja, “a estrutura”, pode estimular características que desenvolvam esse tipo de ação, mas esta se fará concreta somente na realização individual de cada personagem social.

Partindo dessa base teórica podemos compreender, por exemplo, a razão de diferentes indivíduos que vivem sob a mesma estrutura agirem de forma distinta, pois a

agência também tem em sua composição uma grande parte do estímulo individual. Além disso, fica evidente que essa dinâmica faz com que a sociedade mova-se sempre no sentido de absorver a ação destes indivíduos, moldando a estrutura sempre que necessário. Pensando na perspectiva econômica, a agência dos empreendedores causam o desequilíbrio citado por Schumpeter, fazendo com que a lógica econômica se reorganize para absorver os novos produtos, serviços ou meios inseridos pela ação empreendedora. Dito isso, a figura 1 representa, de forma simplificada e didática a relação entre estrutura e agência:

Figura 1: relação entre a “estrutura” e “agência” na dinâmica sociedade-indivíduo



Para Giddens, portanto, existe uma relação intrínseca entre o indivíduo-sociedade, sendo o indivíduo influenciado diretamente pelo seu meio, mas que não está completamente refém desta influência. Se assim o fosse, não haveria espaço para a criatividade e inovação, uma vez que todos os indivíduos deveriam responder de igual maneira aos estímulos. A diferença entre eles se dá justamente no componente subjetivo que jaz em cada um, dando-lhes diferentes respostas para situações similares.

Para colocarmos em exemplos vamos imaginar o seguinte cenário: imaginemos uma família em que três crianças são criadas sob as mesmas regras e valores. Quando fazem algo benéfico são recompensados e quando desacatam as regras são punidos de maneira igual. Dentro deste cenário era possível esperar que todos, de certo modo, fossem “iguais” quando adultos, uma vez que foram educados em uma cultura comum. Isso não

ocorre porque além da influência externa há em cada um de nós um universo de subjetividade, no qual interpreta e se relaciona de forma distinta com as experiências. Dessa maneira, mesmo aplicando as mesmas regras de convivência e submetidos às mesmas punições, cada um dos filhos se tornará um indivíduo distinto, com aspirações, desejos e se portará de maneira mais positiva ou negativa frente sua vida social.

Junto a isso, porém, há outros fatores fundamentais que devem ser levados em consideração, afinal, a sociedade não é formada somente de regras e ações de punição e recompensa. A cultura também é responsável pela formação do imaginário coletivo, ou seja, uma série de conceitos sobre o mundo, desde como ele foi criado, até o papel de cada ser humano no mundo e, naturalmente, o que é visto como certo, errado, bom ou mau. Observa-se, nessa perspectiva, que a “Estrutura” de Giddens ganha novos contornos ao entendermos essa construção do imaginário coletivo como uma verdadeira visão de mundo que influencia diretamente toda a sociedade. Mas para entendermos essa ideia é fundamental definirmos o que é imaginário.

1.4 O imaginário: Coletivo, individual e suas formas de ação

De acordo com Marc Augé, Etnólogo francês do século XX, o imaginário se constitui por três pólos: o imaginário e memória coletiva (IMC); o imaginário e memória individual (IMI) e a criação-ficção (CF). (AUGÉ,1998, p.61). Devemos entender o imaginário como um conjunto de símbolos e perspectivas que buscam responder no campo abstrato as questões existenciais do nosso mundo e, ao mesmo tempo, demais dilemas que existem a nível prático. Nas palavras de Augé:

O imaginário e a memória coletivos (IMC) constituem uma totalidade simbólica em referência à qual um grupo se define e por meio da qual ele se reproduz de um modo imaginário ao longo das gerações. O complexo IMC informa, evidentemente, os imaginários e as memórias individuais. Do mesmo modo, ele é uma fonte das elaborações narrativas (comentários de rituais, relatos xamânicos, epopeias) esboçadas por criadores mais ou menos autônomos. O complexo IMI (imaginário e memória individual) pode influenciar e enriquecer o complexo coletivo. Cada criação, assuma ela uma forma sociológica mais ou menos coletiva, é suscetível, por sua vez,

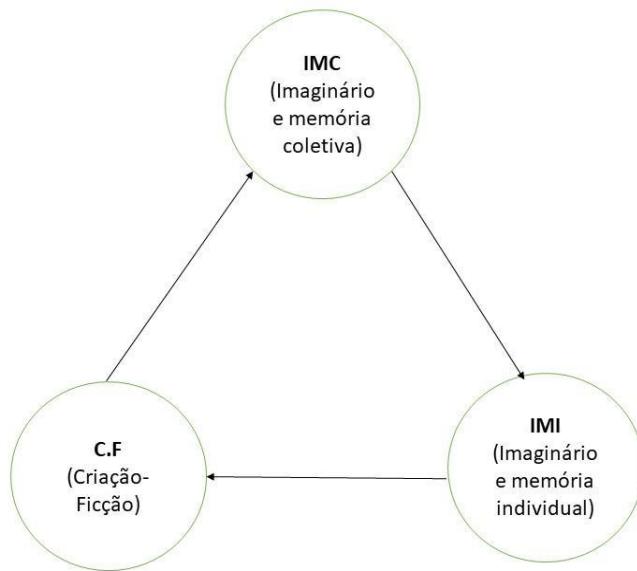
de repercutir tanto nos imaginários individuais como na simbólica coletiva (AUGÉ, 1998, p.61-62).

Mais uma vez é preciso colocarmos em exemplos: imaginemos que uma sociedade humana se desenvolveu próximo de uma montanha. Durante várias gerações nenhum habitante daquela sociedade tentou atravessar à estrutura rochosa, porém os mesmos habitantes nunca deixaram de se perguntar o que existia por trás da montanha. O imaginário começa a atuar exatamente quando o mundo conhecido não nos apresenta respostas, logo, especula-se que existam outras cidades, outras pessoas. Em dado momento pode-se fomentar uma nova perspectiva de que nada existe para além da montanha. Essa série de imagens coletivas, passadas por gerações através da oralidade e da escrita torna os aspectos imaginativos, que são por excelência especulativos, uma realidade para aquela comunidade. Nesse momento criou-se o IMC - Imaginário e memória coletiva - dessa sociedade a partir dessa série de visões colocadas de modo massificado à uma população.

Entretanto, cada indivíduo irá responder a esse imaginário de forma distinta. Enquanto haverão aqueles que terão medo, por exemplo, de chegar perto da montanha e jamais pensarão em atravessá-la, outros poderão sentir-se estimulados a desafiar esse imaginário e tentar validá-lo. Alguns outros se sentirão indiferentes a esta imagem, aceitando sem maiores perspectivas o que se coloca sobre a montanha. A reação de cada indivíduo sobre o IMC é o IMI - Imaginário e memória individual. Logo, cada um deles produzirá um tipo de ação distinta - a agência, de acordo com Giddens. Augé chama essa ação a partir do processo de IMC + IMI de Criação-ficção - CF. A Criação-ficção dos indivíduos que ficaram com medo da Montanha foi afastar-se dela e jamais procurar um tipo de aproximação; já os que desejavam provar o que existia atrás da montanha foram aqueles que tentaram escalar e chegar ao outro lado.

De acordo com o pensamento de Augé, a Criação-ficção dos indivíduos produz um novo imaginário e memória coletiva, visto que ele abre novas perspectivas ou reforça o conceito de antes. Dessa forma chegamos ao esquema abaixo:

Figura 2: esquema didático da relação entre Imaginário Coletivo, Imaginário individual e Criação - ficção



O conceito de imaginário, portanto, não pode ser apresentado como algo estático, congelado em um tempo-espacó específico, mas sim como dinâmico e que a todo momento se reinventa. Ampliando essa perspectiva, é possível afirmar que tudo que não conhecemos parte, em algum grau, do imaginário. Ele é, de certo modo, o primeiro vislumbre do conhecimento, sendo necessário internalizá-lo e transformá-lo em uma ação concreta em direção ou não desta realidade criada em nossa mente.

Dito isso, podemos utilizar essa perspectiva não somente com lugares, questões existenciais ou a nível macro, mas também aplicar essa dinamicidade do imaginário para pessoas e até mesmo conceitos que ao longo do tempo vão esvaziando seu sentido original e sendo substituídos. É o caso de como lidamos com os termos “empreendedorismo”, “empreendedor” e até mesmo figuras históricas como o Barão de Mauá.

1.5 a Historiografia na construção de mitos, heróis, vilões e loucos

Considerando que a História tem por um dos seus intermédios a memória e que a partir da coleta destas criam-se livros, teses e artigos, é fundamental entendermos a historiografia como um constructo humano e, notadamente inserido dentro da lógica

social apresentada por Giddens. O historiador enquanto agente utiliza seu saber para a produção de conhecimento histórico que busca, em maior ou menor grau, corroborar ou discordar de ideias fixadas em nossa cultura. O mesmo processo acontece dentro do campo simbólico ao resignificarmos conceitos e perspectivas acerca de pessoas, lugares e momentos do passado.

Assim, se faz fundamental colocarmos dentro desse processo o conhecimento historiográfico como igualmente dinâmico e que muda através das gerações, dando, logo, diferentes visões sobre um aspecto do passado. A história, portanto, é tão viva quanto os processos sociais que nos ocorrem todos os dias e por isso é fundamental sempre revisitarmos a trajetória de demais agentes do passado e como, a depender da época e da visão oferecida por cada historiador, podemos constatar novas e velhas perspectivas sobre tais pessoas.

Dito isso, talvez a primeira reflexão sobre a própria história é percebê-la como um constructo humano por excelência e que este se difere do passado. A história é, no mais correto dos termos, uma visão do passado, mas não sua totalidade. Praticada por todas as sociedades humanas, a História é uma busca de preservação do passado de um grupo ou indivíduo através de registros escritos ou pela oralidade. Heródoto, o pai da História, escreveu que o motivo principal ao escrever suas *Histórias* era para que os acontecimentos passados não sejam extintos pelos homens (HERÓDOTO, 2015, p.29). A tentativa do historiador grego é o de salvar as memórias e feitos dos humanos do passado, numa tentativa de que estas lembranças não fossem devoradas por Cronos, o titã do tempo na mitologia grega que devora seus filhos.

Apesar das tentativas de todos os historiadores, não se pode reconstruir o passado tal qual ele foi, a História abre margem para diferentes interpretações, visões e pontos de vista distintos. Contudo, isso não significa dizer que não há um valor relativo destas visões de acordo com seus processos metodológicos e interpretação das fontes. Daí nasce o valor da historiografia e a História como ciência entre os séculos XVIII e XIX. Estabelecida as bases metodológicas do ofício do historiador, a ciência histórica passa a ser desenvolvida no campo das humanidades. Com o tempo nascem diferentes correntes, percepções distintas e uma série de trabalhos, fruto de dezenas de gerações de historiadores, que desenvolvem o saber histórico até os dias atuais.

Podemos perceber, portanto, que a prática histórica é tão antiga quanto nossa própria espécie, mas que somente nos últimos três séculos, inspirados pelos ideais científicos, a disciplina histórica tornou-se mais do que uma narrativa sobre o passado.

De acordo com Burke:

Desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a história tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros: crônica monástica, memória política, tratados de antiquários, e assim por diante. A forma dominante, porém, tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis. Foi durante o Iluminismo que ocorreu, pela primeira vez, uma contestação a esse tipo de narrativa histórica. (BURKE,1991,p.20)

A contestação ocorrida citada por Burke vai ter como principal expoente a Escola dos Annales, um movimento ocorrido na França no final dos anos 1920 e que buscou repensar o fazer histórico. Encabeçado principalmente por Lucien Febvre e Marc Bloch, a escola dos Annales tinha por objetivo contestar a história dos grandes homens, ou seja, a visão dos acontecimentos históricos apenas por parte de documentos oficiais e dos atores sociais da época em destaque. Nesse novo modo de construção histórica passou-se a valorizar os aspectos sociais e um paulatino avanço de grupos que outrora foram marginalizados destas narrativas do passado. Logo, os grandes eventos históricos foram dando lugar à história da vida privada, do cotidiano, dos camponeses e dos demais aspectos que fomentavam o funcionamento das distintas sociedades humanas.

A partir da escola dos Annales o saber histórico é revolucionado. Desde a utilização de fontes até os temas propostos para se conhecer o passado ganham uma amplitude jamais vista. Com isso também criam-se diversas narrativas históricas, tornando assim alguns heróis do século XVIII em vilões, uma vez que a narrativa dada pelos historiadores anteriores passam a ser contestadas. Nesse aspecto começa-se a criar, de forma quase natural, um prisma de visões sobre a história em que uma geração vai se sobrepondo à outra.

Nesse sentido, não somente uma visão macro da história foi sendo entendida por outros ângulos, mas a própria biografia de certos personagens também passaram a ser revistas. Dentro dessa lógica, aproximamos a perspectiva historiográfica e suas distintas visões da biografia do Barão de Mauá, uma vez que é possível perceber que diferentes

autores buscaram elevar algumas de suas condições e, ao mesmo tempo, velar outros dos seus aspectos.

Entendendo a dinamicidade da historiografia e sua influência do contexto histórico vivido pelos historiadores em suas obras, podemos traçar um paralelo interessante entre como a figura do Barão de Mauá é apontada em suas biografias e as correntes historiográficas preponderantes da época. Ademais, entender a construção do Barão de Mauá ora como grande pioneiro e empreendedor, ora como um lunático que conseguiu perder toda sua fortuna são, de certo modo, duas visões de um mesmo personagem. Assim podemos notar os usos da biografia deste importante personagem e entendermos como a história é, de fato, moldada a partir de interesses diversos e, portanto, jamais poderá ser o passado em essência.

Dito isso, nosso esforço no presente trabalho é não somente apontar acertos e erros do Barão em sua vida pública e nos seus negócios, mas principalmente perceber como ora a figura do empreendedor é vista como algo negativo e em outros momentos como se exalta as qualidades inerentes destes indivíduos. O Barão de Mauá, nesse aspecto, é um exemplo vivo de como a memória está, de certo modo, à mercê do tempo histórico, tal qual um navio que depende apenas das correntes marítimas e dos ventos para movimentar-se no mar aberto.

Capítulo 2
AS VISÕES SOBRE MAUÁ

CAPÍTULO 2: AS VISÕES SOBRE MAUÁ

Antes de apresentar as diferentes perspectivas sobre o Barão de Mauá é fundamental que vejamos antes um breve resumo de sua vida, afinal, como poderíamos analisar as diferentes visões sobre Mauá sem colocarmos a nossa própria? É preciso pontuar, contudo, que não se trata de reescrever uma nova biografia do Barão, mas entender os caminhos que sua existência percorreu para que possamos, de forma mais sólida, evitar incorrer em erros na sua própria história.

Ainda destaca-se que não é pretensão reviver uma historiografia positiva, colocando no árido terreno da escrita da história apenas fatos e datas. Sabemos que a imparcialidade é um mito, que por mais que busquemos alcançar esse ideal neutro ao contarmos as diferentes imagens do Barão de Mauá estamos sujeitos a incorrer em nossas próprias opiniões e visão própria acerca do assunto. Como vimos na teoria da estruturação de Giddens, somos agentes e estamos sujeitos a toda carga cultural acumulada sobre os mais distintos aspectos.

Entendendo as limitações e os desafios que se apresentam o capítulo irá se dividir em dois grandes tópicos: o primeiro apresentando Irineu Evangelista, o Barão de Mauá, com sua origem, feitos e trajetória; Em seguida percorremos nosso objetivo a partir do que se foi escrito sobre o Barão ao longo dos cem anos de historiografia que foi produzida sobre si.

2.1 A trajetória de Irineu Evangelista, a ascensão e queda do Barão de Mauá

Antes de tudo precisamos conhecer um pouco sobre quem foi Irineu Evangelista e o seu papel dentro do contexto do II Reinado (1840 - 1889). A história do Visconde de Mauá começa na pacata freguesia do Espírito Santo do Jaguarão, mais precisamente em Arroio Grande, no Rio Grande do Sul, em 1813. Seus pais vendiam gado e em uma das viagens ao Uruguai para comprar gado o pai de Irineu foi morto quando descansava em um rancho.

Irineu tinha apenas 7 anos quando essa tragédia acometeu sua família. Sua mãe, Mariana Batista, precisou assumir os negócios. Lembremos que estamos no século XIX e a vida para uma mulher viúva e com um filho pequeno não era nada fácil. A favor da mãe de Irineu Evangelista tinha apenas o prestígio de sua família, o que lhe garantiu, por algum tempo, o respeito entre os mercadores e trabalhadores. Entretanto, após alguns anos, a pressão de sua família a obrigou a casar, pois para a pequena Arroio Grande era inaceitável uma mulher comandar um negócio.

Aos 9 anos, em 1822, em um país recentemente libertado dos colonizadores portugueses, Irineu lançava-se ao mar e embarcava em um navio com destino ao Rio de Janeiro para começar a trabalhar como caixeiro. O menino precisou começar cedo no mundo do trabalho devido ao novo casamento de sua mãe, pois o seu padrasto não aceitaria criar um filho que não fosse dele. Entre a cruz e a espada, a solução foi mandá-lo ao Rio de Janeiro junto a um tio que conseguiu abrigo e um trabalho para o infante Irineu.

Sobre seu trabalho como caixeiro na capital brasileira afirma-se que foram tempos árduos, mas que ajudaram a moldar o caráter e valorização do trabalho para o jovem Irineu (CROPANI, 2018, p.17). Suas funções no armazém eram as mais diversas: desde varrer o chão, até arrumar as prateleiras e ir entregar as mercadorias. Para arrecadar um pouco mais do que ganhava ele ainda engraxava sapatos, uma maneira de complementar a pouquíssima renda que adquiria. Após o serviço, Irineu estudava francês. Sua dedicação ao armazém lhe rendeu bons frutos: Rapidamente foi “promovido” a caixeiro de balcão, podendo interagir diretamente com o público. Após alguns anos ele conseguiu ir para uma casa comercial para exercer a mesma função. O dono dessa casa comercial era o Barão de Ubá, um dos mais ricos mercantilistas de escravos da época.

Sob os serviços do Barão de Ubá, o Irineu desenvolveu ainda mais suas habilidades como comerciante. Foi promovido a caixeiro de escritório e cuidava especialmente da contabilidade daquele Barão. O bom trabalho de Irineu foi tão reconhecido que em pouco mais de cinco anos chegara a função de guarda-livros, uma peça-chave na administração empresarial da época. Segundo Caldeira:

“No momento que aceitou ser guarda-livros, teve que abraçar um outro universo, ainda mais vasto que o do interior da empresa. A tormenta dos negócios não vinha de dentro da loja, mas de fora. Em 1829 o país estava pegando fogo, e o negócio podia virar lenha

na grande fogueira que se armava. Para salvar a empresa, o homem de confiança do patrão deveria ajudá-la a dirigi-la para longe do perigo." (CALDEIRA, 1995, p.96)

O clima tenso referido por Caldeira é a crise do primeiro reinado, além da incipiente pressão inglesa pelo fim da escravidão. Com as leis de Bill Aberdeen em 1845 o negócio do patrão de Irineu afundaria de vez nas águas do Atlântico. O negócio do Barão de Ubá chegou ao fim em 1829. Dentro desse processo, o papel de Irineu foi conseguir, através da contabilidade, liquidar as dívidas do seu chefe.

Nesse processo de liquidar as dívidas uma grande parte do patrimônio do Barão de Ubá foi parar nas mãos do inglês Richard Carruthers. Richard era escocês com negócios no Brasil Imperial e viu no jovem Irineu o que poucos até o momento desconfiavam: um talento nato para os negócios. Ele transformou a vida do menino de 16 anos educando-o e ensinando a próspera filosofia econômica inglesa: o liberalismo. É notável, ao olharmos para a biografia do Barão de Mauá, que a influência de Richard Carruthers é fundamental para que o menino de Arroio Grande chegasse ao patamar incomensurável para sua época.

Quanto a visão de alguns biógrafos em relação a aproximação de Irineu Evangelista com a filosofia econômica inglesa, uns vão exaltar o fato do brasileiro aprender com os banqueiros e comerciantes da Inglaterra, mas outros historiadores, defendendo uma posição nacionalista, buscaram enxergar esse traço da biografia do Barão de Mauá como algo negativo, fruto de um "entreguismo" ao capital estrangeiro. De acordo com Kuniochi:

Tendo como parâmetro de comparação a idéia de nacionalidade, na obra de Faria, Irineu Evangelista de Souza era o arquétipo do empreendedor, cuja ação contribuía para a construção da Nação brasileira; na versão de Rebello, o empresário passou a ser retratado como um dos inimigos da Nação, por ter sido o principal representante do capital inglês no Brasil. (KUNIOCHI, 2004, p.160)

A diferença entre a obra de Alberto de Farias e a do socialista Rebello é de pouco mais de 40 anos. A ótica pela qual esse assunto é abordado pelos dois autores é distinta não somente por suas posições ideológicas, mas também pelo próprio momento em que foram produzidas. Se na década de 1930 o Brasil começava seu processo de industrialização e a figura do empresário era amplamente defendida, em 1975 o forte

nacionalismo fruto de uma perspectiva do regime militar foram fatores de soma na construção destas duas perspectivas.

Apesar destas duas perspectivas distintas, o fato é que para Irineu conhecer Richard Carruthers foi um passo fundamental dentro da sua trajetória. O próprio Barão refere-se com estas palavras ao seu mentor, chefe e sócio:

“Um dos melhores Typos de humannidade representado em um negociante inglez que se distinguia pela inteira probidade de uma velha escola de moralidade positiva, depois de provas sufficientes da minha parte em seu serviço, escolheu-me para Socio Gerente de sua casa.”(MAUÁ, 1878, p.3)

Em 1829, Irineu passa a trabalhar para Richard Carruthers em sua casa comercial. Durante esses oito anos ele aprendeu com Richard Carruthers como controlar os negócios e a enxergar oportunidades de investimento, habilidades que lhe foram essenciais até o último dia de vida. Junto a isso, a evolução dentro da casa comercial é ainda hoje algo espantosa, o que demonstra a capacidade de trabalho e determinação de Irineu. Nesse curto período de tempo, o jovem de apenas 16 anos saiu da condição de empregado, servindo em diversas funções, para a posição de sócio de Carruthers.

Entre 1837 e 1846 Mauá fica responsável por gerir os lucrativos negócios de Richard. Além disso, nesse período Mauá vai até a Inglaterra, precisamente em 1840, e vê de perto os bons frutos da revolução industrial. Lá o jovem encontrou não apenas máquinas, mas um estilo de vida próspero que imaginou para o Brasil. Ao retornar, encantado com o que viu e motivado pela modernidade industrial da ilha britânica, começou a dedicar tempo e energia para compreender os melhores meios de trazer o Brasil rural para a vanguarda da era industrial.

Mauá buscou investir fortemente no país através de suas empresas. Junto a esse fato, a partir da sua indústria naval Irineu começou a expandir seus planos e a criar novas empresas, dando sustentação ao seu objetivo. Para citar apenas alguns na área naval temos a companhia de rebocadores a vapor, a companhia de diques flutuantes e a companhia fluminense de transportes, além dos serviços prestados para o desenvolvimento da navegação pelo rio Amazonas. Para um país de dimensões continentais e com diversos rios, o investimento na indústria naval foi uma excelente

opção a curto prazo para, em uma época em que não existiam estradas e aeroportos, buscar diminuir as distâncias e logísticas no Brasil do século XIX.

Mauá dedicou-se fortemente entre os anos 1850 e 1860 a prestar serviços ao Estado e a construir seu próprio império industrial. As vantagens obtidas pelo momento de uma economia protecionista, por mais que fossem de encontro com sua visão liberal, o ajudaram a impulsionar seus negócios. Desse modo, Mauá não apenas ficou encarregado da indústria naval, na qual construiu ao longo dos anos mais de 70 embarcações, algumas servindo inclusive na guerra do Paraguai. O Barão também construiu estradas de ferro que ligavam diferentes partes do país e fez a troca da iluminação do Rio de Janeiro, deixando de utilizar azeite para o gás. Quanto a esse último feito, Célia Chaim nos aponta que:

“em 25 de março de 1854, o jornal *Commercio* noticia: “a iluminação a gás foi inaugurada ontem nas ruas de São Pedro, Sabão, Rosário, Direita, Hospício, Ouvidor, Assembléia, Carioca, Conde de Lavradio, Arcos, Passeio, São Joaquim e Largo do Paço. Todas elas foram tomadas por uma multidão maravilhada. As palavras eram poucas, mas uma observação podia ser ouvida por todos os lados: como pudemos passar tanto tempo sem esse importante melhoramento?”. (CHAIM, p.21)

Os empreendimentos de Mauá buscaram, acima de tudo, um melhoramento da capital do Brasil. Não por acaso esse clima de intenso desenvolvimento industrial e econômico ficou conhecido como “Era Mauá”. Observando o contexto histórico do período, seria difícil para os homens e mulheres desta época acreditarem que o futuro não seria brilhante e cheio de vantagens, pois o Brasil florescia a cada novo impulso. As revoltas ocorridas na regência já não estavam em vigor, tendo assim as crises políticas e sociais cessado; O café seguia se apresentando como o motor da economia do país, sendo exportado em toneladas todos os anos.

Com esse contexto favorável, Mauá lançou o seu empreendimento que deu seu título de barão: a companhia de estrada de Ferro de Petrópolis. Dentro do moderno século XIX as ferrovias marcavam seu lugar nas paisagens dos países europeus e dos Estados Unidos. Pela sua agilidade e capacidade de transporte elas foram (e são) utilizadas em diversas partes do mundo para levar produtos até os portos. Visto sua importância, o Brasil da segunda metade do século XIX não poderia deixar de ter suas malhas de ferro.

Mauá foi o primeiro a perceber a necessidade desse meio de transporte, integrando-o com sua indústria naval. Desse modo, em 1854 era inaugurada a estrada de ferro Mauá, ligando a Baía de Guanabara com Petrópolis. É exatamente nesse episódio que D. Pedro II, reconhecendo o esforço e serviço de Irineu Evangelista, o concede o título de Barão de Mauá.

O banco Mauá então é lançado em 1854 e sua proposta se mostra bem clara logo de início: tornar os empresários livres das amarras do governo, dando-lhes uma opção segura de crédito e com uma filosofia a favor do livre mercado. Mauá tinha plena confiança em sua inovação, pois sentiu - e ainda iria sentir - na pele as mãos do governo em seus projetos. Uma prova inequívoca disso foi a própria fusão do primeiro banco ao qual era diretor, que ao fundir-se com o Banco do Brasil passou a ser controlado pelo Estado. Apesar de ser cogitado como um dos diretores dessa fusão, Mauá recusou o convite por perceber que naquelas mesas não se tratariam apenas de negócios, mas também de política.

Com o interesse voltado apenas ao crescimento econômico do Brasil, foi através do Banco Mauá que o estímulo ao crédito e ao empreendedorismo nasceu em nosso país. Porém, essa postura liberal não agradaria a todos, principalmente ao um dos principais algozes de Mauá: José Joaquim Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí.

José Joaquim Rodrigues Torres exerceu diversos cargos no Estado brasileiro: foi presidente da província do Rio de Janeiro, Ministro da Marinha, diretor do Banco do Brasil por duas ocasiões e ministro da Fazenda, além de deputado e senador por alguns mandatos. A vida pública do Visconde estende-se por quase todo o II reinado, sendo ele mesmo um baluarte das leis e políticas do Império.

Com sua formação em Matemática, José Joaquim Rodrigues Torres ainda exerceu o cargo de professor, mas suas habilidades com os números voltou-se, em grande parte, em analisar as relações financeiras do Império. É dele, por exemplo, a ideia de centralizar o crédito nacional, impedindo assim que bancos privados pudessem exercer suas atividades livremente. Desse modo, o primeiro grande golpe é dado nas operações do Banco Mauá, que utilizava-se justamente do crédito a juros baixos para atrair industriais e garantir a liberdade de atuação sem estar à mercê da política brasileira.

Para além disso, o visconde de Itaboraí foi um ferrenho crítico da postura de Mauá. Segundo Chaim:

“O visconde de Itaboraí deu o primeiro golpe espalhando boatos e fazendo circular informações de que a fortuna do ex amigo estava irremediavelmente vinculada ao protecionismo governamental. E que seus sócios não eram outros senão ministros e a fina flor da aristocracia, justamente quem decidia ou ajudava a decidir.” (CHAIM, p. 20)

A acusação do Visconde se deu pelas vantagens obtidas por Mauá entre os anos 1846 e 1850, a partir da tarifa Alves Branco e do momento de protecionismo assumido pelo Estado. Entretanto, como Mauá, na posição de um investidor de primeira viagem, sem cargos políticos, poderia ter definido tais ações junto à classe política? O que se faz mais plausível é de fato a percepção de um bom negócio feita por um empreendedor que aproveitou uma oportunidade. Desse modo, a postura liberal de Mauá, que era verdadeiramente incômoda a mentalidade da maior parte dos cafeicultores brasileiros, era o que incomodava o Visconde de Itaboraí, não a sua aproximação com a classe política, que ocorreria ao longo dos seus investimentos.

Em 1875 com a falência do Banco Mauá, o industrial passa a ter um grande problema: as dívidas adquiridas com seus credores. Em 1878 o Barão lança sua exposição para explicar, em mais de 200 páginas, os motivos pelo qual chegou à falência. Frente a isso, logo nas primeiras páginas Mauá diz:

“Na idade avançada em que me acho, em presença do acontecimento que motiva esta exposição, realizado pelo modo por que foi resolvido, não posso ter outro objecto em vista senão salvar do naufrágio aquillo que para mim vale mais do que quanto ouro tem sido extraído das minas da Califórnia: um nome puro, pois persisto em acreditar que o infortúnio não é um crime”. (MAUÁ, 1878, p.5)

O infortúnio ao qual relata Mauá provavelmente se deve às crises financeiras ocorridas no Brasil e no mundo. De fato, entre 1857 e 1875 a economia mundial patinou em diversos momentos, gerando instabilidade e a quebra de uma série de negócios. O Barão liquida todas as suas companhias, a maioria sendo vendida para o capital

estrangeiro, para manter seu nome limpo. Para além disto, seus bens pessoais são vendidos para quitar as dívidas, restando-lhe, ao final da vida, um meio de vida humilde como comerciante. Ceci Juruá também atesta que ao que concerne ao Barão de Mauá:

“Os princípios éticos foram comprovados por atitudes ao longo da vida, mas principalmente durante e após o processo de falência. Dedicou-se, então, à venda de todos os bens, até mesmo os pessoais, com um único fim: “cumprir o meu dever para com os credores da casa. Se o conseguir, morro resignado, se não o conseguir morro impenitente”. (JURUÁ, 2013, P.62)

Irineu, o menino que saiu do Arroio Grande, vê-se no fim da vida de maneira muito similar - e ao mesmo tempo completamente diferente - daquilo que um dia foi: uma pessoa modesta e de nenhuma posse. Em 21 de outubro de 1889, aos 76 anos e há menos de um mês para a queda do governo imperial, o Barão de Mauá descansou. Seu corpo foi levado de trem até Petrópolis, sendo as malhas de ferro no qual a locomotiva andava as mesmas que há décadas tinham sido colocadas pela companhia do Barão de Mauá.

2.2 Para além de heróis e vilões

É inegável o valor do Barão de Mauá para a história do Brasil. Por mais que atribuir valores é, de certo modo, inclinar-se para um lado ou outro desta equação os feitos e o legado objetivo de Irineu Evangelista é dificilmente contestado. Suas estradas de ferro e seus navios foram marcos da logística em nosso país e que por valiosas décadas serviram com seus propósitos.

Apesar disso, nos dedicaremos a analisar as visões criadas sobre Mauá a partir das biografias já citadas para constatar as diferentes perspectivas no qual o Barão foi retratado.

De um lado podemos apresentar uma série de historiografias em que Mauá é visto como o grande empresário do Império. Essa imagem, porém, foi sendo construída ao longo do início do século XX, principalmente a partir do livro de Alberto de Faria, lançado em 1933. A intenção do autor em "ressuscitar" o Barão de Mauá e colocá-lo em uma

posição de destaque é nítida em diversos momentos da obra, uma vez que o biógrafo não esconde suas intenções:

“O dia de sua morte não foi o da queda de um herói; foi o da morte de um monge. Não fez ruído; passou apenas pelo noticiário respeitoso e comovido dos jornais. Isso não impede que a história o ressuscite nos seus dias de glória e de grandes serviços à pátria.”
(FARIA, 1933, p. 40)

De antemão já podemos compreender a intenção do autor. Seu objetivo é colocar Mauá no patamar de um dos heróis da nação, visto que o faz junto a outros nomes como D. Pedro II e Duque de Caxias. O autor afirma que estes três personagens mostram-se, cada um em sua vertente, como pilares da nação. (FARIA, 1933, p.41). Ao longo dos capítulos Alberto de Faria elenca não somente as qualidades técnicas de Mauá, como sua formação literária, sua visão para os negócios, mas também o aspecto moral em que teria sido a gênese do seu caráter. De acordo com o autor, a vida de Mauá era um "compêndio de moralidade individual e cívica". (FARIA, 1933, p. 86).

Mauá, portanto, é colocado em uma posição singular na obra de Alberto de Faria, perceptível a influência de uma historiografia do século XVIII, voltada para os grandes feitos e, consequentemente, os grandes protagonistas destas realizações. Observando o contexto histórico, porém, é nítido que esta era, talvez, a única maneira de fabricação histórica conhecida em nosso país. A escola dos Annales, a grande revolucionária dos estudos históricos, tinha apenas 4 anos de fundação quando Alberto de Faria escreveu a biografia de Mauá, logo, fez uma história baseada no que conhecia e do seu próprio tempo.

Além dessas questões, enxerga-se a necessidade de criar novos heróis nacionais. Fica clara a percepção na obra de Alberto de Faria o embate entre Mauá VS governo, mesmo que seja exaltada sua aproximação com o imperador. É importante entender que o governo, nesse aspecto, está muito além da figura imperial, que contava não somente com o parlamento, mas também com uma série de ministros, muitos avessos à figura de Mauá.

O grande mérito de Alberto de Faria enquanto historiografia foi, de fato, cumprir com o que desejava: ressuscitar a figura do Barão de Mauá. Se no fim da sua vida diversas caricaturas influíam a ideia de um milionário falido, que perdeu tudo mesmo após

construir um império financeiro, a obra de Faria apresenta uma nova perspectiva de Mauá: o homem que tentou modernizar o Brasil, patriótico, mas que foi derrotado pelas forças do governo imperial. Para entendermos a visão que Faria tentou desconstruir de Mauá é fundamental entendermos como, perto do fim de sua vida, o Barão era visto. A caricatura abaixo, feita em 1870, nos ajuda a entender um pouco de como o empresário era retratado.

Figura 3: Caricatura de Mauá, feita por Alfredo Michon – Litogravura em La Ortiga, Montevidéu, 1870 – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



Como podemos ver, Mauá está vestido com uma roupa de bobo da corte. Pelo seu título de nobreza o autor o referenciou como um partícipe da classe nobre, mas ao mesmo tempo faz suas “mágicas” financeiras. A sua frente podemos ver dois copos no qual servem para esconder objetos e que o público precisa adivinhar onde está o dinheiro. A crítica principal está justamente em como Mauá, o “bobó”, lida com suas finanças e como este perdeu sua fortuna. Dessa maneira podemos entender como, em algum grau, era a opinião pública sobre Mauá no final da sua vida.

Até aqui apresentamos, portanto, as duas primeiras visões que a história produz sobre Mauá: uma ainda em seu tempo, no final do II reinado, mostrando o empresário como um fracasso em suas tentativas visionárias de modernizar o Brasil; outra como um exemplo de brasileiro a ser seguido, com uma moral elevada, cumprindo seus deveres

cívicos e, acima de tudo, patriota. É notável que estas qualidades atribuídas a Mauá sejam muito mais fruto do tempo de Alberto de Faria do que do próprio Mauá. Não por acaso tais atributos são, por excelência, características desenvolvidas durante a fase Republicana, sendo ideais almejados desde o início por esta nova forma de governo.

Nesse sentido, é possível perceber que a historiografia produzida por Alberto de Freitas não é fruto do acaso, mas compartilha do anseio do mundo em que vivia, da necessidade de se resgatar (ou construir) heróis da nação. Aplicando a teoria da estruturação de Giddens ao caso do historiador, podemos compreender a construção da biografia de Mauá feita por Freitas como uma forma de agência, respondendo assim a uma necessidade social. O mérito, ou pelo menos o grande ponto defendido por este historiador, é o de mudar a visão comum que se tinha sobre o Barão de Mauá. Nesse aspecto podemos dizer que o objetivo de Alberto de Freitas foi bem sucedido.

Podemos afirmar isto ao analisar a produção historiográfica sobre Mauá nas décadas seguintes. Ainda nos anos 1930, mais precisamente em 1939, Claudio Ganns. O texto de Ganns, sócio do Instituto Histórico Geográfico do Brasil dos anos 1930 até sua morte em 1960, revela uma nova visão fomentada sobre Mauá. Sendo responsável pela publicação da autobiografia do “empresário do Império”, Mauá é visto como um pioneiro da industrialização brasileira. Ganns destaca que:

Passados mais de 50 anos de seu desaparecimento, não lhe é dado ainda, ao nome benemérito, descansar da árdua batalha que foi a sua existência inteira. É ruim e amargo tributo que a mesquinha natureza humana faz pagar a toda superioridade verdadeira, justamente por ter infringido as normas da craveira comum, conquistando o direito de ser grande.” (GANNS, 1939, p.19 - 20.)

O historiador, seguindo os passos de Alberto de Freita, engrandece a figura de Mauá e destaca que este, na condição de um protagonista dos momentos em que viveu no império, segue sendo esquecido ou ao menos desvalorizado pela História. A obra de Ganns, produzida em homenagem aos 50 anos do falecimento do Barão, tenta apresentar diferenças biográficas diversas das já mencionadas por Faria, mas sua intenção segue a mesma: apresentar Mauá como um dos grandes nomes da História do Brasil. Destaca-se

seu nascimento árduo, suas qualidades morais e sua luta contra uma elite “atrasada” de latifundiários.

Entretanto, alguns historiadores passaram a construir uma nova visão sobre Mauá e neste campo ninguém destacou-se mais do que Edgardo de Castro Rebello. Professor de direito por quase 30 anos, preso político durante a intentona comunista de 1935, Rebello tinha tendência política de esquerda, notadamente voltada aos ideais criados por Karl Marx e Friedrich Engels. Frente a isso, a crítica a Mauá não estava no fato deste ser empreendedor ou mesmo alguém com qualidades morais elevadas, mas ao fato de estar “vendido” ao capital estrangeiro devido sua aproximação com a Inglaterra. A obra de Rebello sobre Mauá pode ser encontrada no livro *“Mauá e outros estudos”*, publicada postumamente em 1975, mas seus escritos circulavam nos meios intelectuais desde 1942 através de artigos.

A visão criada por Rebello perpetua-se ao longo das décadas. Entre os anos 1950 e 1980 poucos estudos existem sobre Mauá, mostrando assim um silêncio acerca do Barão. Como aponta Kuniochi:

Essa visão vai se refletir, a partir de então, nos autores que abordam o tema, como, por exemplo, Richard Graham, que analisa a entrada de capital estrangeiro no país e refere-se ao empresário como o "anglófilo Visconde de Mauá" (KUNIOCHI, 2004, p.161)

O barão, portanto, deixava de ser um grande empresário e passa a ser apenas mais um instrumento na mão do Capital. Suas iniciativas de desenvolvimento do Brasil passaram a ser vistas como um meio de acumular riqueza e não necessariamente um ato patriótico. É possível perceber que a análise feita por Rebello vai tomar como base uma nova forma de historiografia, muito mais voltada ao cenário social e a partir de uma análise macro do que focar nos aspectos individuais do biografado. As qualidades morais de Mauá, por mais que sejam postas, vão para à margem da discussão. O foco de interesse passa a ser a repercussão social dos atos. Mauá deixa de ser o Barão ou mesmo Irineu Evangelista e se transforma em uma figura que representa uma classe social. Para a leitura Marxista, corrente defendida por Rebello, mostra-se Mauá como o burguês que busca o lucro a todo custo.

Apenas no final dos anos 1980 Mauá volta a ganhar uma nova imagem, a partir de uma nova geração de historiadores e pelo momento histórico vivido no país. O fim do regime militar e a expectativa de uma nova fase republicana abrem espaço para discutir os rumos do país. Não por acaso, um novo livro sobre Mauá chamado “*Mauá - Empresário e político*” busca atrelar a imagem pública do Barão com suas habilidades empresariais, mostrando que iniciativas privadas e públicas já andaram juntas no Brasil. Lançado pela “Bianchi Editores”, o livro traz uma série de ensaios sobre a vida e realizações de Mauá, destacando a figura do Barão como um exemplo de patriotismo, pioneirismo e engenhosidade para resolver os problemas do Brasil.

Mais uma vez a figura de Mauá é reconstruída a partir de interesses do presente. A todo momento esse exercício sobre a biografia do Barão mostra-se claro como o imaginário coletivo sobre sua *persona* tem sido alvo de intensos embates. Nesse sentido, concordamos com Kuniochi quando a autora aponta que:

A junção do nome de Mauá à questão da constituição da Nação brasileira (no caso de Alberto de Faria), ou a interesses externos (como quer fazer crer Castro Rebello), ou à figura mítica de um empreendedor intrépido e arrojado (como tentou demonstrar um setor da elite empresarial) são exemplos de um sincretismo realizado pelos autores, no sentido de uma "reunião artificial de idéias ou de teses de origens disparatadas". (KUNIOCHI, 2004, p.165)

O Barão, como podemos notar, tem sido “usado” recorrentemente para anseios do nosso tempo, tendo sua biografia e visões reformuladas a depender dos interesses de quem escreve.

Frente a isso, talvez a busca mais fidedigna que tenha sido levantada sobre seus biógrafos tenha sido realizada nos anos 1990, com o livro de Jorge Caldeira: *Mauá, empresário do império*.

Propondo-se a uma biografia ampla, Caldeira consegue situar Irineu em seu tempo histórico, trazendo todas as nuances e complexidades do período em que viveu. Talvez o grande mérito desta biografia seja o fato de tentar entender a figura do Barão de Mauá através de diferentes olhares: desde o jovem garoto de Arroio Grande, perpassando pelo Banqueiro até o construtor das estradas de ferro e sua falência. Nesse sentido, Caldeira

não faz uma historiografia baseada na figura dos grandes homens, não elenca somente qualidades e cria um Barão sem defeitos ou erros. Acima disso, apresenta as possibilidades e limites da perspectiva do Brasil do século XIX, com seus méritos e deméritos.

Outros trabalhos acerca da vida de Mauá continuaram a ser produzidos ao longo do século XXI, principalmente no ano de comemoração dos seus 200 anos. Em 2013 livros como *"Irineu Evangelista de Sousa - Barão e Visconde de Mauá"*, escrito pela economista e historiadora Ceci Juruá e *"Mauá: paradoxos de um visionário"*, um livro em que consta uma série de artigos de diversos historiadores e organizado por Ricardo Timm de Souza e Nelson Costa Fossatti, colocaram o Mauá novamente em cena.

Construídos a partir de uma perspectiva em que situa Mauá como um homem do seu tempo, aceitando suas limitações e exaltando sua conquistas, podemos elencar que tais obras renovam algumas visões sobre o Barão, mas o coloca em uma nova perspectiva: não mais somente como uma vítima da ação das forças governamentais, mas sim como um elemento dentro do jogo social do império. Ainda assim, é notável que termos como “pioneiro”, “empresário” e “empreendedor” são vinculados de forma positiva quando associados a Mauá. O Barão já não é mais uma “vítima” do governo, porém suas características morais e visão empresarial continuam a ser ressaltadas, de forma que podemos observar sua trajetória por um novo sentido.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que Irineu Evangelista de Sousa não deixou de influenciar a História do Brasil ou mesmo despediu-se dela quando parou de respirar. Mesmo fora da existência sua biografia continua sendo reclamada como um patrimônio cultural. Além de sua trajetória, rica em detalhes e com altos e baixos em que, a depender de quem a observe, poderá aumentar ou suprimir os fatos, Mauá eternizou-se na paisagem e nos locais em que esteve.

Não faltam ruas, bairros e construções que não levem o nome “Mauá”, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Essa monumentalidade ocorrida com o Barão é um outro fato que atesta sua importância para a nossa história, uma vez que a memória coletiva não permitiu que ele se perdesse nas areias do tempo.

Dito isso, podemos, enfim imaginar o Barão de Mauá como um prisma no qual sempre que a luz da história o toca cria-se diversas cores. Essas distintas frequências são escolhidas pelos seus biografados e assim pinta-se um novo Mauá, de acordo com as necessidades de quem escreve. Dito isso, podemos concluir que as imagens criadas pela historiografia acerca de Mauá atendem mais a demandas do presente e dos seus próprios historiadores do que necessariamente aos ideais defendidos por Mauá.

Não devemos desvalidar tais obras, todas bem fundamentadas e desenvolvidas no campo da História, muito menos achar que o Barão de Mauá não fosse digno de merecer as honras e críticas que o acometeu. Acima disso, buscamos ao longo do presente trabalho destacar as diferentes perspectivas que existem sobre esse importante personagem e que, mesmo sob diferentes olhares, alguns aspectos como sua força moral e visão empreendedora são unânimis quando colocados sob diferentes pontos de vista.

Assim, devemos entender que por mais distintas imagens que se formam a partir deste prisma, cada uma das cores que pintam Mauá carregam em si parte do que foi Irineu Evangelista de Sousa. O caso do Barão de Mauá deixa evidente como o saber histórico é dinâmico, regido por diversas “forças” que, na maioria das vezes, estão fora do próprio escopo da ciência do passado.

REFERÊNCIAS

Referências

- AUGÉ, M. **A guerra dos sonhos.** 1º ed. Campinas: Papirus, 1998.
- BESOUCHET, Lídia (1978), **Mauá e seu tempo**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales.** São Paulo: editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CALDEIRA, Jorge. **Mauá, empresário do império.** São Paulo, 1995.
- CHAIM, Célia. **Barão de Mauá.** Biografias de grandes empresários. Coleção dinheiro. Editora três. (s/n)
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo. Dando asas ao espírito empreendedor.** Editora Saraiva, 2º edição, São Paulo, 2007.
- DI CROPANI, Ottaviano Di Fiori. **Mauá e a industrialização Brasileira.** In: BIANCHI, Roberto. Mauá: Empresário e político. 1. ed. São Paulo: Bianchi Editores, 1987.
- FARIA, Alberto de. **Ireneo Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Teoria da História.** São Paulo: Brasiliense, 2008.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.** 3º ed. São Paulo: Martins fontes, 2009.
- GIDDENS, A. **Problemas centrais em teoria social: Ação, estrutura e contradição na análise sociológica.** 1º ed. Petrópolis: Vozes, p. 59-104, 2018.
- GRECO, Simara Maria de Sousa Silveiro (org.). **Empreendedorismo no Brasil.** Global Entrepreneurship Monitor, 2014
- JURUÁ, Ceci Vieira. **Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá: Defensor do nacionalismo econômico do Oiapoque ao Chuí.** 1. ed. Rio de Janeiro: Jardim Objeto, 2013. 79 p. v. 1
- KUNIOCHI, Márcia Naomi. **Mauá e o jogo do anacronismo.** Revista biblos, vol. 16, 2004, p.157 - 165
- MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa. **Autobiografia.** Prefácio e Anotações de Claudio Ganns. Brasília: Senado Federal, 2011
- MARCHANT, Anyda. **Viscount Mauá and the Empire of Brazil: a biography of Irineu Evangelista de Souza; 1813-1889.** Berkeley; Los Angeles: University of California, 1965.
- MARINGONI, GILBERTO. **Barão de Mauá.** [S. l.], 24 dez. 2021. Disponível em: <https://brmaua.com.br/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

REBELLO, Edgardo de Castro. **Mauá, restaurando a verdade.** In: Mauá & outros estudos. Rio de Janeiro: Liv. São José, 1975.

SCHUMPETER, Joseph A. **The creative response in economic history.** Journal of Economic History, Nov. 1947. p. 149-159

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SOUZA, Ricardo Timm de; FOSSATTI, Nelson Costa. **Mauá: paradoxos de um visionário – obra comemorativa dos 200 anos de nascimento do Visconde de Mauá,** Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

O AUTOR

O AUTOR

RAFAEL JOSÉ PÔNCIO

É mestre em administração, historiador e escritor brasileiro, com especialização em empreendedorismo e diversos MBAs em gestão e negócios, escreve e publica ininterruptamente desde 2012 mensalmente no site www.empreenderegerir.com.br conteúdos sobre gestão, a arte de empreender, ferramentas adm, história de grandes empreendedores e os pais da administração. E, na carreira dos negócios, é empreendedor no setor da incorporação imobiliária, hoteleiro e desenvolvimento de locações.

ISBN 978-658997674-5



9 786589 976745

